

## **DIZER A EXCLUSÃO: AS VOZES NARRATIVAS AO SERVIÇO DAS PREOCUPAÇÕES SOCIOLÓGICAS EM *LEVANTADO DO CHÃO*, DE JOSÉ SARAMAGO**

Mahamadou DIAKHITÉ\*

**Resumo:** De acordo com certos lexicógrafos, o surgimento da palavra exclusão, na língua francesa, remontaria aos anos 50 do século XX. Ela proviria do latim clássico *excludere* que significa: excluir, pôr na periferia. Muitos teóricos tais como J. J. Rousseau (1792), Karl Marx e Friederich Engels (1948) e numa data relativamente fresca Pierre Massé e René Lenoir já se debruçaram na problemática para produzir algumas reflexões ou obras de referências. José Saramago representou, sem sombras de dúvidas, um universo de exclusões em *Levantado do Chão*. Neste estudo a nossa tarefa consistirá em nos interessar pelas vozes narrativas na referida obra. Que aspectos e que modalidades revestem as vozes narrativas? Que lugar ocupam a oralidade, os aforismos populares, as sabedorias, os modos de pensar do povo? Em que medida se encontra ser a instância narradora ao serviço das preocupações sociológicas em *Levantado do Chão*? Entre outros centros de interesse, a nossa tarefa vai consistir em trazer elementos de respostas a esses questionamentos salientados.

**Palavras-chaves:** Vozes narrativas – Poética – Exclusão - *Levantado do Chão* - José Saramago.

### **Dire l'exclusion : les voix narratives au service des préoccupations sociologiques dans *Levantado do Chão*, de José Saramago.**

**Résumé :** *D'après certains lexicographes, l'apparition du mot exclusion dans la langue française remonterait aux années 50 du XXe siècle. Elle proviendrait du latin classique excludere qui signifie : exclure, mettre sur la périphérie. De nombreux théoriciens tels que J. J. Rousseau (1792), Karl Marx et Friederich Engels (1948) et à une date relativement récente Pierre Massé et René Lenoir se sont déjà penchés sur la problématique pour produire quelques réflexions ou ouvrages de référence. José Saramago a représenté, sans l'ombre d'un doute, un univers d'exclusions dans *Levantado do Chão*. Dans cette étude, notre tâche consistera à nous intéresser aux voix narratives de l'œuvre. Quels aspects et quelles modalités recouvrent les voix narratives ? Quelle place occupe l'oralité, les aphorismes populaires, les sagesses, les façons de penser du peuple ? Dans quelle mesure se trouve être l'instance narratrice au service des préoccupations sociologiques dans *Levantado do Chão* ? Entre autres centres d'intérêt, notre tâche consistera à apporter des éléments de réponses à ces interrogations mises en évidence.*

**Mots-clés :** *Voix narratives – Poétique – Exclusion - *Levantado do Chão* - José Saramago.*

---

\* Université Cheikh Anta Diop de Dakar (Sénégal).

**To say the exclusion: the narrative voices at the service of sociological concerns in *Levantado do Chão*, by José Saramago.**

**Abstract:** According to certain lexicographers, the emergence of the word exclusion in the French language would go back to the 1950s. It would proder from the classical latin *excludere* which means: exclude, put on the periphery. Many theorists such as J. J. Rousseau (1792), Karl Marx and Friederich Engels (1948) and in a relatively recent date Pierre Massé and René Lenoir have already studied the problem to produce some reflections or reference works. José Saramago represented, without a shadow of doubt, a universe of exclusions in *Levantado do Chão*. In this study our task will be to take an interest in the narrative voices in the work. What aspects and modalities cover the narrative voices? What place do orality, popular aphorisms, wisdom, the ways of thinking of the people occupy? To what extent is it the narrative instance at the service of sociological concerns in *Levantado do Chão*? Among other centers of interest, our task will be to bring elements of answers to these questions highlighted.

**Keywords:** Narrative voices – Poetic – Exclusion - *Levantado do Chão* - José Saramago.

## INTRODUÇÃO

As vozes narrativas, na obra-prima *Levantado do Chão* (1980) de José Saramago, caracterizam-se pela primazia nelas concedida à oralidade ou oralidade, os modos de dizer, a voz, as crenças, as sabedorias populares do Alentejo de maneira específica e de Portugal de um modo muito mais geral. Também, nem é preciso mencionar que, fiel à linha filosófico-política do romancista, um escritor eminentemente humanístico e militante comunista das primeiras horas (1967), essas vozes narrativas lidam, de uma maneira aberta ou disfarçada, a favor das preocupações sociológicas das camadas sociais desfavorecidas e excluídas. Essas são os parentes pobres da ditadura plutocrática do Dr. António de Oliveira Salazar e, mais tarde, do seu Delfim, Marcelo Caetano, no Portugal do século XX.

Ora o discurso oral é, como há muito tempo o sabemos, um discurso enraizado no *hic e nunc* da enonciação e da interlocução. Isso equivale a dizer que é preciso tomar em consideração o sujeito, o espaço e o tempo da enonciação (respectivamente designados por So, Eo, To). Mas que é preciso também levar em conta a interação que se instaura quando dois ou vários sujeitos conversam. O discurso oral pode, com certeza, ser um monólogo ou um discurso escrito oralizado. São esquemas possíveis do oral (e a lista é longe de ser exaustiva) que confundem ou apagam elementos constituintes do discurso oral dialogado, conversacional. Esta tem uma qualidade essencial incontornável: a interação da sua estruturação<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>De acordo com Maria Helena Araújo Carreira, « *Selon les types de situation (formelle, informelle, familière, etc.), les caractéristiques de la relation interlocutive, les*

Muitos estudos sobre o discurso oral foram publicados desde os trinta-e-nove últimos anos e dispomos, hoje em dia, de um *corpus* teórico e metodológico – certamente diversificado – no qual podemos nos basear para análises subsequentes muito mais apoiadas. Mas assim que se estuda o discurso literário e que se esforça por compreender como a língua falada é recriada com o seu *hic e nunc* fictício, os estudos publicados tornam-se escassos. Ora até um leitor ingênuo toma consciência da importância da oralidade na escrita literária para proporcionar mesmo que um pouco corpos para os protagonistas (individuais ou coletivos) e para os factos num romance, uma colectânea de narrativas, um conto, uma crónica.

Também se impõe uma série de perguntas: Que unidades discursivas, que sequências que encadeamentos, que estratégias, que formulações dos propósitos têm que ser descritos para dar conta, mesmo que um pouco, da complexidade do oral em situação de interlocução? Em que medida se revelam essas vozes narrativas serem ao serviço das camadas sociais desfavorecidas em *Levantado do Chão* de José Saramago? Por outras palavras, por que descrições ou estratégias retóricas, linguísticas e discursivas, conseguem defendê-las?

Esforçar-nos-emos, pois, neste estudo por fazer o esboço das marcas mais significativas da presença do oral nesta referida obra. Desse jeito tentaremos compreender como as vozes narrativas conseguem incorporar o discurso oral na escrita numa primeira abordagem, a seguir debruçar-nos-emos nos mitos fundadores e os contos, numa segunda etapa, e enfim numa última análise estudaremos os aforismos populares ; tudo isso, movido pela preocupação constante e contínua dessas vozes narrativas na luta de pendor sócio-político a favor da justiça social e da emancipação das camadas sociais desfavorecidas e excluídas nesta obra-prima de José Saramago sugestivamente intitulada *Levantado do Chão* (1980).

---

*tâches conversationnelles à accomplir, les thèmes à développer, en somme, selon l'intentionnalité, les visées des interlocuteurs et selon le contexte, la formulation du discours oral se fait avec ses continuités et ses transitions. À ce propos, évoquons l'activité de structuration thématique (introduction, développement, changement de thème dans une interaction verbale (à deux ou plusieurs interlocuteurs), ainsi que les inachèvements et les coupures, si fréquents dans le discours oral ».* Cf. Maria Helena Araújo Carreira. « La récréation de l'oral dans l'écrit : *Ora esguardae de Olga Gonçalves* », in : Anne Marie Quint et al. *Les voies du conte dans l'espace lusophone*. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2000, p. 142.

## 1. Cartografia narrativa da exclusão : uma perspectiva poeticiana

Em 1978 afirmava W. Labov :

*Il y a bien des façons de raconter la même histoire, et on peut lui faire dire des choses bien différentes, ou rien du tout. L'histoire qui ne dit rien s'attire une remarque méprisante : « Et alors ? » Cette question le bon narrateur parvient toujours à l'éviter, il sait la rendre impensable. Il sait faire en sorte que, son récit terminé, la seule remarque appropriée soit : « Vraiment ? » ou toute autre expression apte à souligner le caractère mémorable des événements rapportés<sup>2</sup> (W. Labov, 1978 : p. 303).*

Essa asserção de W. Labov, extraída do seu livro magistral intitulado: *Le parler ordinaire* (o falar vulgar) aplica-se perfeitamente às nossas preocupações no presente subcapítulo. Por «*Il y a bien des façons de raconter la même histoire*», subentendemos as diversas formas da diegese que pode ser apresentada sob o modo de uma narração autodiegética ou heterodiegética. Nos dois casos a vontade de convencer assim como a preocupação de verosimelhança «*Vraiment ?*» (Verdadeiramente?) (sobretudo no quadro do romance realista-naturalista, até mesmo do romance à tese) são aqueles que presidem à relação da narração.

Mas coloca-se desde então a questão dos valores. Pois contar uma história ou simplesmente escrever, é numa parte querer convencer e noutra tomar partido no debate partilhando valores e hierarquizando-as. Por via deste procedimento a autoridade responsável pela narração tem no seu dispor um conjunto de heranças mas também tenciona marcar o seu terreno ao imprimir ao texto a marca da sua individualidade criadora, a sua “originalidade”. E isso, mesmo se a questão da originalidade de um escritor fica problemática. Desde então a nossa ambição é mandar salientar a originalidade das vozes narrativas na perspectiva da exclusão, visto que é esta, entre outras motivações, que nos impusemos desde o exórdio deste trabalho.

Debruçar-nos sobre a originalidade das vozes narrativas na perspectiva da exclusão é em si-mesmo um empreendimento legítimo tanto quanto os seus benefícios são certos no plano de uma aproximação poeticiana do romance. Mas consideráveis são também os riscos de digressões ou mais explicitamente do “já dito”. A repetição é um princípio criador universal regendo qualquer

---

<sup>2</sup> Vai aqui a nossa tradução da passagem em questão: “Há muitas maneiras de contar a mesma história, e pode-se fazê-lo dizer coisas muito diferentes, ou nada. A história que não diz nada atrai uma observação desdenhosa: ‘E então?’ ‘Esta pergunta o bom narrador sempre consegue evitá-la, ele sabe torná-la impensável. Ele sabe como fazer com que, uma vez terminado o seu relato, a única observação apropriada seja: ‘Realmente?’ ou qualquer outra expressão que possa enfatizar o caráter memorável dos eventos relatados”.

comunicação desde a unidade mínima do significante (signos, letras, sons) até aos conjuntos mais largos (uma narrativa inteira por exemplo). Tem uma virtude pedagógica. Desse facto, é preciso trazer aos erros recorrentes as correções repetidas.

Este estudo das vozes narrativas inscreve-se num prolongamento interessante das nossas pesquisas anteriores acerca da autoridade responsável da narração no género romanesco. Se no nosso trabalho de Mestrado, soubemos operar uma distinção entre o narrador heterodiegético e o autodiegético e que no decurso do nosso Mestrado II nos interessámos nas seis funções do narrador na prosa romanesca na sequência dos trabalhos de Vincent Jouve (a função ideológica, a função narrativa, a função explicativa, a função de comunicação, a função de régie, a função modalizante), o presente estudo inscreve-se nas tendências evocadas mas ambiciona ultrapassá-las. Envisga combinar sutilmente os contributos da linguística (B. Pottier, Fernanda Irene Fonseca) e as tendências mais em vista da crítica literária).

Tomando em conta a importância do título, do *incipit* (portanto das aberturas e das clausuras na análise do conto, decidimos, no que diz respeito à posta em evidência da originalidade das vozes narrativas na perspectiva da exclusão, centrar a nossa análise nas páginas inaugurais e finais do romance, mesmo se os capítulos centrais podem eventualmente ser convocados para dar muito mais ênfase ao nosso estudo. Também, como esse tipo de análise dos enunciados narrativos é forçosamente minuciosa, limitar-nos-emos aos tempos fortes, aos momentos-chaves do enredo tais como as aberturas e clausuras do romance. Desde a dedicatória, demo-nos conta de que este livro nos propõe uma outra leitura da história de Portugal diferente de a estabelecida pela tradição historiográfica oficial. Quer-se o inventário da grande epopeia dos ganhões: “À memória de Germano Vidigal e José Adelino dos Santos assassinados” (Saramago, 1980, p. 7).

Aparece desde a abertura do livro a carga ideológica, a simpatia da instância narrativa para com os deixados de lado dos regimes monárquico e republicano e as veleidades de crítica social dos poderosos que a fazem mover. Essa ideia de simpatia para com os parentes pobres da monarquia por um lado e de crítica contra a elite por outro decorre do enraizamento do narrador nesta citação de Almeida Garrett, utilizado como epígrafe do romance:

E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico? (Saramago, 1980, p. 9).

Para testemunhar do carácter fundamental do latifundium e o seu estatuto de centro da vida económica não só sob a monarquia mas também mais tarde sob a república, o narrador teve recurso pelo menos a duas modalidades da *deixis*: a pessoal e a espacial (Eu e aqui) ; sendo em português as quatro modalidades completas da *deixis*, visto que é este o nosso domínio de estudo : Eu, aqui, agora, assim. Esta ideia de recurso à *deixis* decorre dos seguintes empregos: “E no entanto quanto por aqui”, “pacificado o teu e o meu” (José Saramago, 1980, p. 12] e das adaptações e consequências lógicas que dela tirámos.

A divisão da sociedade latifundária em classes sociais dos interesses antagónicos e contraditórios foi decidida, concebida desde o tempo da instauração do *Condado Portucalensis*, por um monarca e os seus amigos próximos. Foram os mestres incontestados do latifundium e obraram de modo que, por via de leis, os seus descendentes sejam no futuro o centro incontornável da vida económica do mar de carências do latifundium:

Por esse tempo, e depois se resolveu o que futuro haveria de ser, por que vias retorcidas da mão, este presente agora de terra talhada entre os donos do cutelo e consoante e o ferro ou gume do cutelo. Por exemplo: senhor rei ou duque, ou duque depois do real senhor, bispo ou mestre da ordem, filho direito ou de saborosa bastardia, ou fruto do concubinato, nódoa assim lavada e honrada, compadre por filha manceba, e também o outro condestável, meio reino por condado, e algumas vezes amigos meus esta é a minha terra, tomai-a, povoai-a para meu serviço e vosso prol, guardado de fieis e outras inconfomações (Saramago, 1980, p. 13).

Desde então, não há nenhuma perspectiva de promoção social fundada no mérito. O estatuto social é função, tributário do nascimento, da linhagem, ver até dos laços exclusivos do sangue. Vimos igualmente, nesta passagem estudada, que o pertencimento daquela classe (o monarca e os cortesões) é traduzido por um elemento da *deixis* pessoal nomeadamente através do possessivo da primeira pessoa (o Eu) – “amigos meus, a minha terra, para meu serviço” (Saramago, 1980, p. 13).

Deste centro são excluídas as periferias – as camadas sociais populares comparadas numa linguagem eminentemente religiosa, ver até um certo nível cortesã, com infieis e caracterizadas pelo seu apego às inconfomações.

Um outro elemento revelador da preocupação de distinção do centro e das periferias por parte do narrador decorre igualmente do nível e dos registos de língua empregados para caracterizar tal ou tal outra camada da sociedade. Esta linguagem, ou para falar como um linguista, este saber sobre a língua é erudito, ver por momentos fortemente religioso como no trecho a seguir:

Livro de santíssimas horas, magníficas, e de sacratíssimas contas trazidas ao paço e ao mosteiro, rezados nos térreos palácios ou torre de segurança, cada moeda um padre-nosso, às dez-ave-maria, chegando a cem salve-rainha, maria é rei (Saramago, 1980, p. 13).

Vimos pois, na luz deste trecho que não só este registro de língua usado pelo narrador para caracterizar as classes sociais privilegiadas se enraiza na tradição bíblica – conhecido exclusivamente na perfeição pelos indivíduos versados nas letras; sendo as massas populares, elas, sobrecarregadas por uma falta de cultura gritante e um analfabetismo crónico – mas também se opõe à oralidade, à “oralidade” se bem que não exclusivamente – e os aforismos populares quase conhecidos por todos e que não precisam de estadias prolongadas nos mosteiros, conventos ou as prestigiadas universidades do Porto, de Coimbra para nos limitar a esses exemplos estreitos, para ser conhecido do grande número de pessoas.

Resumamos : constatamos que a escrita, os registos de língua sustentados ou procurados, a linguagem erudita e bíblica, portanto a dos iniciados consistem em designar o centro, as classes privilegiadas ao passo que a linguagem oral, a oralidade, a “oralidade”, os provérbios e aforismos populares herdados da cultura das massas consistem em caracterizar os excluídos, os parentes pobres não só dos diversos regimes políticos – o manárquico e o republicano – mas também do sistema capitalista fundamentalmente centrado na sede desmedida do proveito e da mais-valia.

Ao mundo dos poderosos, dos grandes deste mundo, para ficar fiel ao campo lexical bíblico do nosso autor, opõe-se o universo dos fracos, dos esmagados pela miséria, dos parentes pobres do sistema, dos anónimos, daqueles que não têm direito de citados na historiografia oficial: “E esta outra gente quem é, solta e miúda que veio com a terra, embora não registrada na escritura, almas mortas, ou ainda vivas?” (Saramago, 1980, p. 14).

Esta dissociação pelo narrador onisciente da classe privilegiada das periferias dá-se para ver pelo menos implicitamente. De facto à uma “uma gente” - os latifundiários – se opõe a outra “a outra gente” -: os rurais, os fracos e os desafortunados.

De modo igual, a exclusão dos rurais relativamente ao patrão é traduzida pela lexia “mijo do patrão” no seguinte trecho: “Diz o sargento, Mas há ali um ratinho com a cabeça rachada, houve agressão, a lei é a lei. Diz o feitor. Não vale a pena, meu sargento, sangue de bestas, tanto faz de norte como de sul é o mijo do patrão” (Saramago, 1980, p. 38).

O escárnio e a ironia atengem nesta passagem uma tal acuidade que parecem ter um valor hiperbólico. De facto um flúido vital do organismo humano (o sangue) é resumido ao estatuto de um líquido sem nenhum valor – o mijo deste mesmo ser: o homem. Sem dúvida esta comparação testemunha da exclusão dos rurais em relação com o centro, a dinastia hegemónica dos Bertos.

O meio de locomoção ou de transporte visa dissociar duas classes sociais dos interesses contraditórios, antagónicos. É fundamentalmente composto por um burro e por uma carroça, no que diz respeito aos mais afortunados de entre os rurais, de mulas e de uma diligência ao passo que o cavalo, as viaturas militares ou de luxo fazem o orgulho e o prestígio cada vez mais crescente da classe privilegiada. Examinemos nos pormenores este aspecto da questão.

De facto, a primeira deslocação de Domingos Mau-Tempo, da sua esposa Sara da Conção e da sua criança, o primeiro do apelido, o pequeno João Mau-Tempo, verificou-se por via de um burro e de uma carroça. Uma outra figura proletária Augusto Pinteu trabalhará um tempão e fará a sua reverência nas renas das suas mulas e empoleirado na sua diligência. Comparativamente, os Bertos, os regedores e capatazes, os elementos da GNR, da PIDE deslocam-se por via de cavalos de raça, de veículos militares ou luxuosos.

Vimos portanto que o recurso a meios de transportes humildes no que concerne a primeira classe social e luxuosos no que à segunda diz respeito por parte das vozes narrativas nem é despropositado nem inocente. Visam diferenciar duas classes sociais dos interesses divergentes e contrários : a burguesia e o paisanato. Por outras palavras, este saber sobre o mundo consiste em situar as periferias na margem de um centro depositário de todos os privilégios, sejam eles políticos, económicos ou culturais.

Por estranho que possa parecer, esta tentativa de posta em evidência de duas classes sociais opostas por via dos meios de deslocação evidencia, no entanto, o fenómeno da exclusão dos rurais do Alentejo. Se este saber sobre o mundo – distinção entre privilegiados e excluídos - não é saliente neste episódio da obra de José Saramago, tem pelo menos o mérito de ser latente ver, em certos momentos, prenante.

A exclusão dos rurais é traduzida pela promiscuidade do quadro de vida do pequeno João Mau-Tempo posta em evidência pela instância narradora nos arredores do fim do terceiro capítulo do livro. Essa ideia de promiscuidade do quadro de vida dos Mau-Tempo, entre os quais o pequeno João, decorre não só da estreiteza do espaço mas também, sublinhámo-lo, da privação do olhar de que sofre este menino de proletários. À estreiteza do quadro de vida das

crianças de rurais se opõem os espaços grandes e grandiosos dos meninos de latifundiários. Analisemos este trecho do livro:

João chegou ao fim da parede, onde começa a cerca de paus a pique. Agarra-se com firmeza, mais sólido de braços do que de pernas, espregueira para fora. O seu horizonte é curto, uma faixa de rua enlameada, com poças de água que reflectem o céu, e um gato amarelo, esparramado na soleira em frente, a apanhar o sol na barriga. (Saramago, 1980, p. 25).

Constatamos na luz da análise deste trecho que, por além mesmo da estreiteza do espaço e a restrição do ângulo de vista de João Mau-Tempo, os elementos naturais – clima e tempo físico – exercem um determinismo negativo de tipo naturalista ou zoliano, nas condições de habitabilidade desta casa do pobre, o sempiterno excluído, o paria novo, o novo judeu errante da civilização moderna.

A ideia de exclusão dos rurais, da latência se torna saliência passando pela pregnância. Mas como uma tal constatação se dá à análise? De facto concordemos em dizer que, logo a seguir o evidenciar da estreiteza e da promiscuidade da casa do pobre, as vozes narrativas, nos capítulos inaugurais do livro, apresentam-nos Lamberto Horques Alemão escaladando o seu castelo e cujos olhos não chegam para ver uma grande propriedade tal como a sua. Vimos portanto que há uma juxtaposição de elementos contrários, de oposições gritantes, reveladores de um universo de valores que, por ser textual, permanece no entanto fortemente axiológico pois solidamente enraizado no «*hors texte*», “o universo primário do mundo referencial” e ao mesmo tempo o do narratário ou do “*leitor ideal*” para parafrasear Umberto Eco:

Quando Lamberto Horques Alemão subia ao eirado do seu castelo, não lhe chegaram os olhos para tanto ver. Era senhor da povoação e seu termo, dez léguas de comprido e três de largo, com fraqueza e liberdade de tributo, e embora tivesse recebido encargo de povoar a terra [...] (Saramago, 1980, p. 26).

Há oposições tão gritantes – como a que teremos o cuidado de explicitar nessas linhas – que afinem tanto a curiosidade do leitor quanto suscitem numa certa medida a sua estupefação. De facto, se os Mau-Tempo só são meros inquilinos de um casebre, Lamberto Horques Alemão, ele, é proprietário da povoação e do seu termo. Constatamos que até os seres humanos – os habitantes da povoação – parecem pertencer-lhe. Há desde então uma série de estruturas duais: inquilinos *versus* proprietários, pobre *versus* rico. Quem, depois disso disser que os Mau-Tempo não são excluídos, só terá feito uma leitura literal, de primeiro grau, das passagens estudadas ou então desconhece as sutilezas – gramática e retórica – do codificador da mensagem.

A profissão exercida pelo indivíduo pode ser, em vários pontos de vista, reveladora do seu pertencimento a tal ou tal outra camada social. Os elementos dos órgãos do Estado são funcionários. O Padre Agamedes assegura a sacerdotícia e conta ocupar-se da salvação das almas no mar seco do latifúndio. Os latifundiários, eles, se acreditarmos na instância narradora, não são homens para trabalhar com as mãos: caracterizam-se pela preguiça mais grosseira. Só os rurais ou para especificar os trabalhadores agrícolas do latifúndio exercem um trabalho alienante, humilhante et destrutivo<sup>3</sup>.

Para Georges Bataille, se o trabalho deve ser fonte de libertação, como o pretende a filosofia marxista, não permaneça no entanto que se inscreva igualmente na perspectiva dos mitos fundadores herdada da tradição bíblica, como um castigo infligido ao homem e à mulher como meio de redenção do pecado original. Até a origem mesma da palavra, se acreditarmos Vincent Jouve, “*tripalium*”, instrumento de tortura com três pés, põe tendencialmente a tônica no aspeto alienante e reificante do trabalho agrícola no mar de carências do latifundium.

Ao universo dos que exercem um trabalho valorizante (funcionários do Estado, clerical – Padre Agamedes) ou de os que nunca trabalham com as suas próprias mãos – os membros da dinastia hegemónica dos Bertos – opõe-se o mundo do labor alienante, da servidão e da indignidade dos rurais que, do “berço à campa”, trabalham sem discontínuar, e isso por um salário insignificante que em vez de saciar as fomes dos proletários, as aguçam.

A imagem mental assim salientada pode ser esquematizada do seguinte modo: trabalho valorizante, dignificante da classe privilegiada / *versus* / trabalho alienante, precário e desestabilizante das periferias. O saber sobre o mundo do leitor permite dar forma e consistência a esse binarismo. De facto há muito que, nas sociedades humanas, da antiguidade clássica aos tempos modernos, quem tem o mais alto lugar no topo da pirâmide social é aquele que não trabalha ou exerce um trabalho dignificante – muito frequentemente servos e escravos trabalham para conta dele – ao passo que aqueles que mais trabalham se encontram no mais baixo nível da escala social. As ideologias política, económica, social, a *doxa* obraram para que estes últimos aceitem servilmente a sua situação de oprimidos.

---

<sup>3</sup> Para muito mais esclarecimentos sobre esta questão da alienação pelo trabalho, consultar a definição etimológica do trabalho derivado de *tripalium*, instrumento de tortura com três pés, dada por Vincent Jouve em *La poétique des valeurs (2001)* mas também os trabalhos do filósofo Georges Bataille que também se debruçou em estudo sobre a dita problemática.

As considerações expostas mais alto permitem-nos chegar à seguinte conclusão; as duras condições de trabalho dos rurais salientadas pelas vozes narrativas ao mesmo tempo no plano do dito como no do não dito testemunham da exclusão destes últimos.

Por via de um trabalho precoce e reificador, tal como definimos no início deste trabalho, o narrador põe em destaque a injusta exclusão das crianças dos rurais. Perante este espectáculo triste, o discurso do narrador vai ao ponto de adotar uma reviravolta ou conotação fortemente religiosa: “O dia inteiro, horas e horas de enfiada, quase escondido entre o sarçal, moendo à pancada as raízes com o enxadão, mas as crianças, senhor, porque lhes dais tanta dor” (Saramago, 1980, p. 53).

Constatamos, neste registro, que o narrador nos propõe um questionamento sobre o sentido. Interroga sobre o porquê de tais injustiças: porque é que uma pequena minoria da população é concedente de todos os privilégios ao passo que a esmagadora maioria definha numa pobreza abjeta? Melhor por que é que as crianças símbolos da inocência indignada são objetos de tais tratamentos deshumanos e degradantes? Por que é que, num último recurso, pagam caros tributos por erros que não deram?

Na evidência a injustiça e a impunidade são flagrantes neste registro. Mas o papel do narrador parece não dar uma resposta a essas interrogações abertas susceptíveis elas mesmas de ser na origem de outros questionamentos até que o narratório ou o leitor ideal – na perspectiva de Umberto Eco – possa deles tirar conclusões apropriadas.

Vamos desde então para a questão da infância martirizada: o trabalho precoce de João Mau-Tempo e através dele o de todos os descendentes da população proletária traduz a exclusão impiedosa desses últimos.

Uma outra passagem do livro põe em evidência a exclusão da mulher em relação aos homens nomeadamente quando Sara da Conceição chama o seu marido ido numa taberna fazer uma grande água-pé e comprar vinho para aqueles que estavam presentes, garantia de socialização e criação de laços sociológicos novos. Constatamos que ao universo falocêntrico<sup>4</sup> dos homens – a taberna – opõe-se o mundo das mulheres.

Essa ideia de exclusão da mulher Sara da Conceição surge das modalidades linguísticas da designação de si-próprio e dos outros nos capítulos inaugurais do livro ou pelo menos através do presente gnómico impressa na

---

<sup>4</sup> Convém dizer que um universo “falocêntrico” é um mundo em que o poder é detido exclusivamente pelos homens, em detrimento das mulheres. O sinónimo de falocêntrico pode ser, aqui, patriarcal ou, pior, machista.

forma perifrástica com valor excludente: “A taberna é sítio para homens” (Saramago, 1980, p. 21). No plano do “mal dito” ou do “não dita”, podemos subentender, por via desta perífrase que: “A taberna não é sítio para mulheres”. Reparámos pois que, injustamente, a uma identidade fundada no gênero “homens” se opõe a alteridade – mulheres -.

Na luz dessas considerações, é dificilmente irracional de sentenciar que numa exclusão decorrente de pertencer a uma classe social diversa se junta uma marginalização relacionada com o gênero. Sara da Conceição, encarnando a primeira geração da população rural cujo signo diferenciador é o escurantismo, a ignorância e a submissão, é o objeto de uma exclusão dupla: uma de classe e a outra, de gênero “gender”. A esta constatação se junta a proposição seguinte: “Vivia [Sara da Conceição] sofrida e calada” (Saramago, 1980, p. 30) pronunciada quando ambições libidinais relativamente à pretendida sobrinha e não menos namorada do Padre Agamedes atravessava o espírito de Domingos Mau-Tempo.

Este estado de coisas aliás provém de uma visão errática das relações entre o homem e a mulher. De facto segundo os estereótipos sociais, o homem tem que ser experiente, infiel ao passo que a mulher deve ficar inexperiente no plano da “libido sciendi” e ficar fiel ao seu homem.

No que se refere ao caso que aqui nos diz respeito, em última instância, Domingos Mau-Tempo explicitamente formulou a sua intenção de ter uma relação carnal com a pretendida sobrinha do Padre Agamedes. A lógica queria que perante essa situação, Sara da Conceição desaprobasse, que se revoltasse mas curiosamente o narrador heterodiegético, com toda a omnisciência e a objetividade inerentes a esse tipo de narração, simplesmente sentencia: “Vivia [Sara da Conceição] sofrida e calada” (Saramago, 1980, p. 30).

Vimos portanto que a mulher, no mar seco do latifúndio, pelo menos neste estádio do enredo, está excluída do que é mais íntimo e mais privado (a libido), pelo menos se nos referirmos à conotação psicanálica que Sigmund Freud acorda a este conceito.

Atestando da função explicativa o narrador apela implicitamente o leitor para pôr a tónica na exclusão da criança do proletário, por legítima seja esta, relativamente ao filho do rico, por ilegítimo possa ele parecer

Digamos porquê, ainda que não importe muito o entendimento da história [...]. Era este José Nabiça filho duma irmã de Sara da Conceição e de um pai que de incógnito só tinha o gosto de quem assim o tomassem, porque de ciência pública, qualquer pessoa o poderia apontar a dedo<sup>5</sup>. (Saramago, 1980, p. 46).

Melhor, para pôr em evidência no melhor a exclusão do filho do pobre, João Mau-Tempo, relativamente a José Nabiça, o narrador heterodiegético, com toda a onisciência e objetividade inerentes a esta forma de narração, acrescenta:

A João Mau-Tempo tratavam-no como se não lhes pertencesse nem de água nem de sal: dali filho de um pai sapateiro e agora maltês, não viria cruzado nem quintal. Mas ao outro, embora filho de uma ofensa não emendada pelo casamento, trazia-o o avô nas palminhas, cego e surdo às vozes e às evidências da honra manchada, na mira de um proveito que afinal não viria nunca. Para que se saiba que há uma justiça divina. (Saramago, 1980, p. 46).

As vozes narrativas, por via de descrições espaciais dissociaram as periferias das classes privilegiadas. Nesse empreendimento o narrador situa Monte Lavre na periferia da Europa. Trata-se de uma exclusão com forte conotação espacial. A um centro – a Europa – se opõem as periferias – Monte Lavre e por extensão Portugal e a península ibérica -. Pelo menos é esta a ideia que sobressai da análise do trecho seguinte: “Correram vozes em Monte Lavre de que havia Guerra na Europa, sítio de que pouca gente no lugar tinha notícias e luzes”. (Saramago, 1980, p. 47).

Há desde então uma sucessão de estruturas duais, ver até por momentos oposições «Europa *versus* Monte Lavre», «aqui *versus* ali». Curiosamente, notamos que o narrador age de modo em nos mandar compreender que Portugal, Alentejo e Monte Lavre nada são Europa, e para tornar visível isso, a instância narradora tem recurso a elementos da *deixis* espacial (o aqui e o ali).

As vozes narrativas enraizam-se nos determinismos exercidos pelo tempo para pôr em destaque o fenómeno da exclusão dos rurais. De facto como o sublinha Maria Helena Araújo Carreira (1994, p. 147-180), se escapamos dos determinismos exercidos pelo espaço, é difícil, ver até impossível de se safar dos constrangimentos do tempo. Se eu posso escapar da Lisboa de Fernando Pessoa, é-me contudo impossível de escapar dos constrangimentos e das contingências do salazarismo que, por ser um reinado político, fica no entanto uma era histórica. Também do mesmo jeito que a flor murcha sob o

---

<sup>5</sup> Convém lembrar que, comparativamente a João Mau-Tempo, José Naiça, filho de um pai renomado e rico, é o neto preferido de Laureano Carranca e aproveita dos favores e das gentilezas deste.

ação do tempo, todos perdemos uma parte não negligenciável da nossa juventude devido ao lado transitório deste (o tempo). Tudo isso para chegar a este momento-chave do nosso argumentário sobre a influência negativa do tempo sobre o fenómeno da exclusão das populações rurais do Alentejo. Ainda aí basearemos o nosso raciocínio, na medida do possível, nos contributos da linguística.

Assim “Então chegou a república”. (Saramago, 1980, p. 33). Nesta frase, temos um dos quatro elementos da *deixis*, o temporal: “o agora”. Esta frase teria podido dizer: “Agora, é a República”. Mas contrariamente às expectativas da plebeia, o advento da República não é nada sinónimo do fim da Paixão e do fenómeno de exclusão da população rural. Essa ideia de continuidade das más fortunas e das misérias do proletariado rural emerge da análise das seguintes considerações: “Então chegou a república. Ganhavam os homens doze ou treze vinténs, e as mulheres menos da metade, como de costume”. (Saramago, 1980, p. 33).

Entre outros elementos frásticos, é a expressão como de costume que traduz essa ideia de continuidade do fenómeno de exclusão das populações rurais do latifundium, através dos diferentes regimes políticos e as diferentes idades históricas. É dizer, pois, que o novo tempo nada respondeu favoravelmente às expectativas de mudança para o melhor que mandam mover as populações rurais. Na mesma ordem de ideias, para pôr em evidência o fenómeno de exclusão das populações rurais pelo tempo entendido como tempo físico e era histórica, assentaremos o nosso raciocínio, entre outras referências, nos determinismos negativos da Primeira Guerra mundial (a de 14-18) nas condições de existência destes últimos. Pelo menos, é esta a ideia que sobressai da análise do trecho seguinte:

A Monte Lavre, de guerra só chegavam notícias de jornal, e essas eram para quem as soubesse ler. Os outros, se viam subir os preços ou faltarem até os gêneros grosseiros da sua alimentação, se perguntavam porquê. É por causa da guerra, respondiam os entendidos. (Saramago, 1980, p. 57).

Constatamos portanto que por ser relativamente afastado em relação com o foco principal, o centro das operações militares, Portugal participou no entanto nesta guerra. Também fazendo parte da Europa, essa situação de crise, sem nenhuma dúvida, contribuiu para a regressão dos termos de negócios da sua economia e agravou o fenómeno de exclusão das massas populares oprimidas.

Algures, até no seio de uma mesma classe social (aqui o paisanato), observamos a exclusão de certos indivíduos em comparação com os outros. Escolhimos interessar-nos pelos cultivadores neste registro porque, tomando

em conta os determinismos económicos, eles é que melhor dão para ver essa forma de exclusão. De facto aparece implicitamente, ou por outras palavras, no plano do “não dito” ou do “mal dito” a dissociação dum “nós primordial” de um “vós”, uma outra modalidade da alteridade neste diálogo entre trabalhadores do Sul e os do Norte. Todavia antes de citar a passagem em questão, convém sublinhar que os primeiros (os do Sul) consideram o trabalho assalariado no latifúndio a propriedade exclusiva deles ou sobressaindo do domínio exclusivo deles. Daí a exclusão ao mesmo tempo psicológico e material dos segundos (os do Norte). Essa ideia aliás é materializada pela perífrase com valor espacial e distanciativa “dez passos cortados os separam”.

Examinemos o referido diálogo:

Estão agora dois grupos de trabalhadores frente a frente, dez passos cortados os separam. Dizem os do norte, Há leis fomos contratados e queremos trabalhar. Dizem os do sul, Sujeitam-se a ganhar menos, vêm aqui fazer-nos mal, voltem para vossa terra ratinhos”. (Saramago, 1980, p. 37).

Essa ideia de exclusão dos do norte por aqueles do sul, pelo menos no plano psicológico, é traduzida por uma apresentação de tipo teatral ( a frase – “Estão agora dois grupos de trabalhadores frente a frente, dez passos cortados os separam”. (Saramago, 1980, p. 37) – podendo funcionar como uma didascalía) mas também pela polifonia materializada não só pela ausência dos pontos finais no fim das frases mas também pela omissão das aspas no limiar como no fim destas.

Depois de ter chamado a atenção do leitor para a exclusão das populações rurais, as vozes narrativas põem em relevo nos capítulos finais do conto o advento da justiça social, fim decisivo do enredo. Este é-nos apresentado sob uma forma apocalíptica.

Leitor avisado, o crítico literário não poderá se safar do respeito pela orquestração da narrativa, da ordem de sucessão dos eventos narrados. Para dizer a exclusão, a autoridade responsável pela narração em *Levantado do Chão* retraiu a posta nas margens das populações rurais sobre quatro gerações. Essas últimas passaram por um processo de aprendizagem, tal como o encontramos no *Bildungroman*.

Este percurso de aprendizagem desembocou como o sublinhámos mais alto nos fins das exclusões aparecendo sob uma forma apocalíptica. Foi tomando em conta todas essas razões e visto que é a voz responsável pela narração que expõe o fim apocalíptico das exclusões, decidimos integrar esta etapa importante do raciocínio do «autor implicado» na análise do discurso narrativo.

Deste facto, entendamos pelo vocábulo de apocalipse não o sentido primeiro entendido como tempo mas como “pseudo-tempo” da narração, tal como o definiu Gérard Genette em *Figures III*. Deste facto muito frequentemente, há uma dualidade entre o tempo da história e o tempo da narração. O que “nos convida a constatar que uma das funções da narração é a de cunhar um tempo num outro tempo”<sup>6</sup>. (Metz, 1968, p. 27). Pois esta apocalipse é com certeza “um tempo da história” mas contado através três ou quatro páginas do romance. São precisamente estas três ou quatro páginas do romance que são da ordem da narrativa ou das vozes narrativas. Ora etimologicamente “apocalipse” significa “revelação”. Trata-se de uma prolepse que permite à autoridade responsável pela narração concluir o seu discurso propondo uma solução para a exclusão das populações rurais. Mas na verdade, trata-se também de uma solução técnico-narrativa.

Como no caso bíblico, o fim do enredo de *Levantado do Chão* é especialmente uma revelação. Apresenta a ocupação das propriedades pelas populações rurais (outrora excluídas), a ressurreição dos trabalhadores tendo lavrado aquelas terras, todos reunidos na marcha inaugural de tempos novos. Examinemos esta passagem do livro: “Vão todos, os vivos e os mortos. E à frente, dando os saltos da sua condição, vai o cão Constante, podia là faltar, neste dia levantado e principal”. [Saramago, 1980, p. 365].

Este fim das exclusões e o advento da justiça social são destacados por via de um fim apocalíptico em que todos aqueles que tomam apoio, emergem da terra – mortos e vivos, pessoas e animais – encontram-se conjuntos. Com efeito, este fim apocalíptico vai para além da mera ocupação das terras cultiváveis por uma pequena minória de homens e mulheres: É um sol novo, o da equidade e da justiça social que se levanta no horizonte do latifúndio. É portanto, para parafrasear Beatriz Berrini, a redenção, um recomeço para toda a humanidade oprimida, a revelação de uma realidade nova que se instaura. As origens novas. A exploração da força de trabalho e da pobreza, exposta no decurso do romance todo suscitou expectativas e reações no leitor, aqui satisfeitas e redimidas. Desde então, a promoção e a ascensão social tornam-se possíveis. É pois o advento de uma era de justiça social posta em evidência por via de vozes narrativas particularmente originais cuja preocupação maior foi sem cessar pôr em relevo um universo de exclusão em *Levantado do Chão*.

---

<sup>6</sup> Nós é que traduzimos.

Não podíamos nos contentar com uma exposição da originalidade das vozes narrativas na perspectiva da exclusão. Era-nos preciso demonstrar como a autoridade enunciativa salientou o fim das exclusões, conclusão lógica do raciocínio do autor em *Levantado do Chão*. Se as vozes narrativas se encontram cartografiadas neste estudo, que ensinamentos podemos reter dos mitos e outros contos em profusão neste romance, um outro aspeto inegável da presença da oralidade ou do discurso oral na escrita?

## **2. Mitos fundadores e contos: um evidenciar a partir de estudos de casos**

A humanidade, desde tempos longínquos, para explicar as suas origens, dar um sentido à sua vida, sempre teve recurso aos mitos (cosmogônicos ou fundadores) e isso bem antes da invenção da escrita. Essas crenças, no seu limiar, transmitiam-se oralmente no fio das gerações. A antropologia e a etnologia encontraram terrenos fecundos para o conhecimento dos povos, das civilizações. Hoje ainda, pela sua espontaneidade, o seu modo de comunicação, a língua falada ou a oralidade ocupa um lugar privilegiado no estudo das línguas naturais tanto escritas quanto as que são estreitamente faladas.

As ocorrências do discurso oral até se encontram onde não eram suspeitadas: o discurso literário. Lá toma configurações de um discurso escrito oralizado. Na nossa opinião, *Levantado do Chão*, pelas crenças populares que recria literariamente, a profusão de contos, parábolas, de discurso oral em situação de interlocução apresentado sob uma forma dialogada, é o terreno fértil para quem procure analisar o discurso oral na literatura. Para dar para conhecer a língua falada (a oralidade) no discurso literário debruçar-nos-emos primeiro nas alusões a mitos fundadores e enfim estudaremos casos de contos e de narrativas.

Segundo Pascal Boyer, algumas das marcas da oralidade são as crenças de um povo e o recurso às redondâncias no discurso entre outros aspetos. Os mitos fundadores, as histórias de lobisómens, de bruxas e outros seres capazes de se metamorfosear transmitidos oralmente têm um enraizamento em várias culturas humanas, entre as quais a peninsular não foge da regra.

De facto temos uma alusão ao mito bíblico do dilúvio que, por ser na origem escrito, foi transmitido nas camadas sociais populares da sociedade pouco alfabetizadas por via da oralidade, de boca a boca: “A carroça corre lá adiante, é um barco a dar de bordo no dilúvio [...]”. (Saramago, 1980, p. 17).

De igual modo a alusão ao mito do judeu errante está bem evidente nesses dizeres de Sara da Conceição na véspera da terceira deslocação da família de Domingos Mau-Tempo, desta vez da Torre da Gadanha para Landeira, na outra extremidade da região: “homens que não temos sóssego nem

assento, de um lado para o outro como o judeu errante, com estas crianças pequenas, é uma aflição [...]”. (Saramago, 1980, p. 29).

Após estas considerações gerais sobre a oralidade, estudemos casos concretos tais como uma história de lobisomens, a parábola do cão Constante e da perdiz e a história da parte de caça da lebre (se bem que no outro registro) contados respectivamente por Sigismundo Canastro e António Mau-Tempo.

Examinemos, pois, primeiro esta história de lobisomens:

E os fados? Correram os lobisomens e os seus desatinados, por encruzilhadas, má sinas que lhes vem, meus senhores, não saberei de que mistérios, são encantamentos, em dia certo da semana saem de suas casas e na primeira cruz dos caminhos despem-se e rojam-se no chão, espojam-se, transformando-se na causa do rasto que ali haja, Qualquer rasto, ou só de animal mamífero, Qualquer rasto, meu senhor, que até uma vez houve um homem que se transformava em roda de carro, andava por aí a girar, a girar, uma aflição. (Saramago, 1980, p. 42).

Neste caso específico, a sucessão de vírgulas, a variação de tons passando da relação heterodiegética ao discurso direito assim como a repetição da palavra “senhor” primeiro no plural “meus senhores” depois no singular (uma espécie de apóstrofe), as interrupções da diegesis por vozes anónimas “Qualquer rasto, ou só de animal mamífero” e os inacabamentos são marcas evidentes de oralidade.

A seguir na narração da parábola do cão Constante e da perdiz, há uma apresentação teatral da introdução de Sigismundo Canastro na diégese. A frase abaixo pode funcionar como uma didascalía:

Agora levantou-se Sigismundo Canastro, alto e delgado como uma esteva seca, faz a saúde aos noivos, e tendo todos emborcado com regalo o vinhito abafado, diz que vai contar uma história que não é parecida com a de António Mau-Tempo, mas talvez seja igual, porque isso de histórias e casos, procurando bem, acabamos sempre por lhes encontrar igualdade, ainda que pareça impossível. (Saramago, 1980, p. 228).

Há portanto na relação da parábola do cão Constante e da perdiz uma apresentação dialogada (diálogo entre Sigismundo Canastro, o narrador-apresentador e o seu auditório assim como uma polifonia – profusão de vozes anónimas – reveladoras do discurso oral).

Examinemos portanto nos pormenores esta parábola apresentada sob uma forma dialogada. Vemos que os signos gráficos clássicos do diálogo tais como as aspas, o traço, o recuo e os dois pontos não são respeitados. Contudo a maiúscula assim como o estilo direito são mantidos cada vez que o narrador Sigismundo Canastro ou o seu auditório toma a fala, como no exemplo seguinte dizendo respeito a Sigismundo Canastro: “Há muitos anos, e neste ponto primeiro faz uma pausa para se certificar de que todo o pessoal está atento, e estão, olham a direito, alguns um pouco amortecidos mas resistindo,

e então pode continuar, Há muitos anos, andava à caça [...]”. (Saramago, 1980, p. 227-228).

Essas afirmações de Sigismundo Canastro são imediatamente seguidos por uma voz anónima que o interrompe transcrita pelo narrador omnisciente: “Ora que tal disseste, histórias de perdizes, tanto mentes quanto dizes, mas Sigismundo Canastro não está a brincar, nem responde à interrupção, olha só em redor com um jeito de quem se condói de tanta inconsciência”. (Saramago, 1980, 228).

Nesses dois trechos, a sucessão dos verbos *discendi* “diz que vai contar uma história”, “ora tal disseste”, “tanto mentes quanto dize” [Saramago, 1980, p. 228] são marcas evidentes de oralidade. A seguir, o narrador apresentador, Sigismundo Canastro, começa verdadeiramente a relação do seu assunto: “Nesta altura, ainda não tinha espingarda, pedia-a emprestada, ora a um ora a outro, conforme calhava”. (Saramago, 1980, p. 228). Logo a seguir assistimos a uma interrupção da narração por uma intromissão do narrador omnisciente: “O público estava muito atento, ouvindo e digerindo, não é preciso muito para tornar um homem feliz e contente uma mulher, e mesmo que a história fosse uma imensa galga, era uma boa história, e bem explicada [...]”. (Saramago, 1980, p. 228).

Essa oscilação entre narração autodiegética e heterodiegética testemunha de uma verdadeira pluralidade de vozes, uma polifonia, elas-próprias reveladoras da presença da oralidade no discurso escrito.

A presença da língua falada no discurso escrito atinge o seu paroxismo após o fim da relação da parábola e a discussão que a isso seguiu. Temos um intercâmbio entre dois elementos da *deixis* pessoal: o Eu e o Tu, cada um de entre eles tendo uma voz que lhe é própria na diégese: “E tendo rido continuaram a conversar; estiveram nisto a tarde inteira, digo eu, dizes tu, bebemos os dois, a esta hora está deserta a parada dos quartéis”. (Saramago, 1980, p. 229).

É no mesmo registro da oralidade que convém inscrever a relação da parte de caça da lebre contada por António Mau-Tempo a partir da página 281 do livro. Examinemos nos pormenores esta história. Na imagem da primeira história paradigmática (a do cão Constante e da perdiz) representativa do discurso oral, a relação da parte de caça da lebre contada por António Mau-Tempo é apresentada sob uma forma dialogada. Para ficar convencido disso, basta examinar os trechos seguintes. Numa primeira abordagem, é o narrador-apresentador António Mau-Tempo que fala: “Primeiro há que encontrar uma boa pedra plana, com mão travessa de altura e larga bastante para meia folha de jornal”. [Saramago, 1980, p. 282]. Mas depois está interrompido na sua

narração por uma voz anónima: “Que faz ela, coitada, nem desconfia”. (Saramago, 1980, p. 282).

Vemos que nestes dois trechos, se os signos gráficos característicos do diálogo e do discurso oral (os dois pontos, o recuo, o traço, as aspas) não são respeitados, há contudo o uso das maiúsculas, das interrupções, dos inacabamentos, o recurso ao estilo directo característicos da relação interlocutiva e das tarefas conversacionais. O diálogo assim alimentado, a pluralidade de vozes, a polifonia, a profusão de vozes anónimas, as variações de intonação, o emprego de expressões características do oral (cf. “Que faz ela, coitada” (Saramago, 1980, p. 282) conferem a esta história características do discurso oral integrado.

Depois de ter estudado os exemplos de mitos e de contos, interessamo-nos agora pelos aforismos populares como marcas da presença da oralidade no discurso literário.

### **3. Uma linguagem aforismática**

Os provérbios formam o gênero mais paradoxal da literatura oral. Um dos mais recuados, incontestavelmente, mas também que melhor resistiu perante a usura do tempo. Difícil de apreender, circundado como é, antecipadamente, pelos dictos, os lugares comuns, “as expressões proverbiais” e as locuções populares (deliciosas mas invistidas nas maneiras de dizer do momento e de pressa passadas de moda) e mais adiante, pelos adágios, as sentenças e os jogos de sociedade da cultura erudita, o provérbio fica mau grado todas essas contingências reconhecível. A sua concisão, as imagens surpreendentes que impõe, os seus achados estilísticos (metáforas, perífrases, antíteses, reaproximações imprevistas, jogos de palavras, rimas, assonâncias, aliterações, etc.) gravam-o na mente.

Ao mesmo tempo indiscutível e ambíguo, é uma obra de arte em miniatura que faz a felicidade do povo e o fascínio dos criadores. Um outro paradoxo: a sua brevidade faz dele o gênero mais frequente recolhido, enriquecido, explicado, desenvolvido também, segundo as épocas, desdenhado e combatido.

Num subcapítulo nosso intitulado “Uma leitura de primeiro grau é possível”, estudámos os provérbios para compreender a figura de um leitor ingênuo no romance. No presente subcapítulo, mais do que esta aproximação poeticiana, entendemos delimitar os aforismos populares como marca da presença da oralidade ou da língua falada na escrita.

Tomando em conta a sua concisão, uma análise literária, ver até linguística se revela difícil no risco de produzir análises espalhadas e incoerentes.

Por outro lado, pensamos que estabelecer uma ligação entre eles e o seu contexto, operar aproximações, paralelismos com outros provérbios de outras línguas naturais não escritas (portanto faladas a cento por cento) por exemplo (e não exclusivamente) relacionando-se com os mesmos contextos, com as mesmas verdades gerais ou a defeito com a mesma ideia geral é a solução mais satisfatória para traduzir o carácter oral dessas obras de arte em miniatura que são os provérbios.

Deste facto enriquecimos o nosso trabalho pelo estudo de novos provérbios extraídos da nossa obra de referência mas não figurando no dito subcapítulo para evitar as repetições. Mas a adunção de provérbios dos dois subcapítulos mencionados esgotam, no nosso entender, os provérbios inscritos no romance, pelo menos os de que somos certos do seu conhecimento. Pois temos municiosamente escrutado a obra na sua totalidade.

Depois de termos problematizado a questão dos aforismos populares, interessemo-nos agora pelas suas ocorrências no romance.

A voz narrativa teve recurso a um aforismo popular na frase seguinte: “Não faz mal, onde não comem sete, não comem oito” (Saramago, 1980, p. 33) para mostrar que as populações rurais não tinham quase a escolha em aceitar ou recusar os baixos salários. Se os recusassem, outros trabalhadores rurais iriam toma-los.

Mais longe, uma verdade geral foi sentenciada pela voz narrativa para traduzir a incerteza quanto ao seu amanhã, ao seu futuro: “Hoje sabemos que dia é nosso, amanhã quem o dirá” (Saramago, 1980, p. 36). A voz narrativa evoca uma verdade geral para pôr em destaque a ineluctabilidade da morte no percurso existencial dos seres humanos na passagem seguinte: “[...] a morte é uma rasoira que passa sobre o alqueire e põe para fora o que está a mais [...]” (Saramago, 1980, p. 61). De igual modo sentencia ela uma verdade geral formulada no presente gnômico<sup>7</sup>: “Quando um homem se queixa, alguma coisa lhe dói” (Saramago, 1980, p. 82) para dizer que, de um modo geral, se homens maduros se queixam é que têm razões valiosas de fazê-lo. Mais longe a voz narrativa sentencia: “Um dia não são dias” (Saramago, 1980, p. 92). Isso equivale dizer que um evento que acontece uma única vez não deve ser regida numa regra irrefutável. Anteriormente a voz narrativa afirma na página 102: “Bem anda quem vai por seu pé” para dizer. Visto o contexto da enonciação,

---

<sup>7</sup> Convém dizer que o “presente gnômico” pode ser definido como o presente das verdades gerais. É precisamente este que encontramos nos provérbios, dictos e outros aforismos populares evidenciados neste trabalho.

este provérbio coloca a responsabilidade no coração de qualquer empreendimento humano.

A voz narrativa, para traduzir a fadiga ao mesmo tempo físico e moral dos rurais que trabalham “do berço à campá” sem descontinuar, sentencia um dicto popular: “Porém quando um homem se deita à noite, ou na sua própria cama, ou na palha do campo, a dor do corpo é a mesma” (Saramago, 1980, p. 125). Também temos uma série de aforismos populares nos trechos seguintes: “Vale mais toma um do que dois te darei” (Saramago, 1980, p. 92) equivalente em certas línguas naturais não escritas do provérbio (“Não deixe o peixe que se encontra nas suas mãos para aquele que se encontra sob os seus pés e na água”); “[...] erva ruim não a cresta geada” (Saramago, 1980, p. 149); ou ainda: “Quem dá o que tem a mais não está obrigado” (Saramago, 1980, p.161); “Mas um homem mesmo sem boca vai a Roma”, “Quem leva as folhas, leva as cascas” [Saramago, 1980, p. 243] equivalente de um outro aforismo popular português que encontramos na obra intitulada: Engrenagem de Soeiro Pereira Gomes: “Quem te come a carne, que te roa os ossos”; “Antes rainha uma hora do que duquesa toda a vida” (Saramago, 1980, p. 250) significa que uma vida breve, ambiciosa e bem plena vale melhor que uma vida longa não ambiciosa e não plena; “Quem sabe, não sabe tudo” manda-nos pensar nesses dizeres de Sócrates, o pai da filosofia: “Tudo o que sei é que não sei nada”.

Algures como marca da presença do discurso oral na literatura, acrescentemos ao nosso *corpus* estes aforismos populares sentenciados pela voz narrativa: “[...] de pedra miúda se faz o muro e de espigas separadas a seara” (Saramago, 1980, p. 279) – equivalente, no nosso entender, tomando em conta o contexto da enunciação de um outro dicto português: “A união faz a força”; “Quem vive na cidade, criou-se com desconfianças” (Saramago, 1980, p. 283); “Todos os caminhos [vão] dar a Rom” (Saramago, 1980, p. 322); “Quem tem boca vai a Roma” [*idem*]; “Sobre queda, coice” (Saramago, 1980, p. 322); “Uma desgraça nunca vem só” equivalente em francês do dicto: “Um malheur ne vient jamais seul”; “[...] Quando as dores são muito grandes, os olhos é que não suportam vê-las” (Saramago, 1980, p. 336).

Enfim a voz narrativa, para diferenciar vontade divina do que é da ordem do ser humano, numa perspectiva antropocêntrica, o mérito do homem independentemente das considerações religiosas, tem recurso ao provérbio seguinte no trecho a seguir: “Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus [...]” (Saramago, 1980, p. 354). E quando, em última análise, a voz narrativa sentenciou a verdade geral seguinte: “Quando a esmola é grande, o povo desconfia” (Saramago, 1980, p. 335), na nossa opinião, é para chamar a

atenção sobre o facto de que o povo desconfia quando importante é a esmola vinda dos seus torturadores.

Em última análise, convém dizer que todos os estudos sobre as vozes narrativas e os aforismos populares aqui apresentados consistiram, sob a pena incisiva de José Saramago, em denunciar as mazelas do Salazarismo e, deste jeito, defender a causa das camadas sociais desfavorecidas e implacavelmente excluídas.

## CONCLUSÃO

As vozes narrativas, como já vimos, se encontram ao serviço das preocupações sociológicas em *Levantado do Chão*, de José Saramago. Para levar a cabo tal empreendimento, elaborámos uma cartografia narrativa pormenorizada da exclusão. Neste registro vimos que as vozes narrativas frisaram temas como a luta de classes em que se opõem duas classes sociais aos interesses antagónicos: a burguesia e o proletariado rural. Transparece também nesta obra de Saramago um binarismo primário entre o centro e as periferias. Mas em vários momentos temos a impressão de que essas vozes narrativas agem para denunciar as mazelas e os maus comportamentos da classe social opressiva, isto é a burguesia.

A seguir, numa perspetiva oscilando entre a análise literária e a linguística, vimos que num empreendimento desses, as vozes, as crenças populares, as sabedorias, o dictos e a oralidade desempenham um papel relevante. Pelo menos são estas algumas ideias que podemos reter das considerações acima estudadas de Pascal Boyer. De acordo com este teórico uma das marcas da presença da oralidade no discurso literário escrito são os recursos aos mitos e os contos, entre outros. Neste registro evidenciámos alguns contos e mitos como representativos do discurso oral, da oralidade ou oralidade, no artefacto literário verbal.

Enfim fizemos uma análise pertinente da presença de provérbios e aforismos populares na escrita ao evidenciar no texto alguns deles e relacionando-os com outros aforismos populares de outras línguas naturais, sejam elas escritas ou estreitamente faladas (como o francês e outras línguas naturais africanas, na origem não escritas). E como bem o sabemos, são estes algumas marcas diferenciadoras da oralidade. Algures uma pergunta merece ser feita: que importância revestem o espaço e o tempo no empreendimento consistente em diferenciar as classes sociais inseridas das excluídas em *Levantado do Chão*, de José Saramago?

### BIBLIOGRAFIA TEÓRICA SELECIONADA

- SARAMAGO J., 1980, *Levantado do Chão*. Lisboa, ed. Caminho.
- BATAILLE G., 1973, *Œuvres complètes V*, Paris, Gallimard.
- BERRINI B., 1998, *Ler Saramago: o romance*, Lisboa, ed. Caminho.
- BOYER P., 1997, « Symboles, Mythes et Rêves », in : *Encyclopaedia Universalis, Dictionnaire des genres et notions littéraires*, Paris, Albin Michel.
- CARREIRA Maria Helena A., 2000, « La recreation de l'oral dans l'écrit : *Ora esguardae* de Olga Gonçalves », in : Quint, Anne Marie et al. *Les voies du conte dans l'espace lusophone*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 147-180.
- JOUVE V., 2001, *La Poétique des Valeurs*, Paris, PUF.
- LABOV W., 1978, *Le parler ordinaire, I*, Paris, Minuit.
- METZ Ch., 1968, *Essai sur la signification au cinéma*, Paris, Klincksieck.